

# **O DESTINO DE XOLOBENI SERÁ O DESTINO DE TODOS NÓS**

Documento de trabalho nº2

Instituto Tricontinental de Pesquisa Social

outubro 2019



# O destino de Xolobeni será o destino de todos nós



Documento de trabalho nº2  
Instituto Tricontinental de Pesquisa Social



**A comunidade de Umgungundlovu, também conhecida como Xolobeni, tem lutado contra a empresa de mineração australiana Transworld Energy and Mineral Resources e o Departamento de Minerais e Recursos.**  
Madelene Cronjé / New Frame

Xolobeni é uma vila rural na província do Cabo Oriental, na África do Sul. Se não houvesse titânio embaixo de suas terras, o nome Xolobeni não seria conhecido por muitas pessoas fora da região da Costa Selvagem. No entanto, há titânio e, portanto, há também uma corporação multinacional de mineração (a Mineral Commodities, com sede na Austrália). Como a terra é tão preciosa para o povo, e porque eles se consideram serventes da terra, foi formado o Comitê de Crise de Amadiba (ACC, sigla em inglês) para defender o direito à terra e ao território. Pertence a eles, não apenas pelo direito de propriedade, mas também porque sabem que a mineradora acabará destruindo o território e colocará o planeta ainda mais em risco. Todos os principais temas de nossa época estão presentes na luta travada pelo ACC – não apenas contra a empresa australiana, mas também contra um governo que se posiciona mais ao lado das corporações que do povo: catástrofe climática, aniquilação da cultura, empresas sem controle, um Estado com rabo preso e a destruição de terras e comunidades.

Este Documento de Trabalho é fruto da pesquisa do jornalista sul-africano Kevin Bloom, autor de dois livros poderosos sobre o continente africano, sua história e seu presente, bem como seus possíveis futuros: *Ways of staying* [Formas de permanecer], de 2010 (ganhador do Prêmio Literário da África do Sul), e *Continental shift: a journey into Africa's changing fortunes* [Mudança continental: uma jornada para mudar o futuro da África] (2016). O texto abaixo, como seus livros, descobre as muitas camadas do conflito em torno de Xolobeni, oferecendo uma visão das contradições entrelaçadas ao capitalismo. No **Instituto Tricontinental de Pesquisa Social** estamos monitorando de perto as correntes do capitalismo do século XXI, com os olhos voltados para o setor de mineração.



# I. Sinalização

Da varanda da frente de Mzamo Dlamini, há uma vista ininterrupta do desfiladeiro que o diretor hollywoodiano Ed Zwick escolheu uma vez para representar o inferno. A vida vegetal endêmica que se agarra às margens do rio Mzamba, os penhascos que encerram seu próprio microclima subtropical, a confluência cinematográfica de água, terra e céu eram para Zwick o duplê perfeito para as minas de diamante aluviais de Serra Leoa. Foi apenas a uma curta caminhada daqui, em 2006, que Leonardo DiCaprio, exibindo um plausível sotaque sul-africano, fingiu morrer nas mãos de um cartel rebelde financiado pela mineração.

“Sempre soubemos que a estratégia era retirar nós três”, disse Dlamini, falando não do filme indicado ao Oscar *Diamante de Sangue*, mas das ameaças reais à sua vida. “Mesmo antes de 2015, houve algumas tentativas, e é por isso que eu realmente não gosto de ficar em casa. Ouvíamos de nossas fontes que em alguns momentos os assassinos eram pegos esperando por nós”.

Por “nós três”, Dlamini se referia a ele, Nonhle Mbuthuma e Sikhosiphi ‘Bazooka’ Rhadebe, que em 2015 haviam sido os três líderes conjuntos do Comitê de Crise de Amadiba, a organização ativista local formada em 2007 para impedir uma empresa de prospecção australiana de minerar as dunas ricas em titânio da Costa Selvagem de Pondoland. Em 22 de março de 2016, [Rhadebe foi assassinado](#) a menos de 10 quilômetros daqui por dois assassinos que se passaram por policiais. Alguns meses depois, Dlamini renunciou à liderança do Comitê de Crise para ingressar no Conselho Municipal – mas não sem antes [acusar publicamente Mark Caruso](#), o principal executivo da empresa australiana, de patrocinar uma violenta campanha para minar a resistência dos militantes.



A pergunta então para Dlamini, dado que o governo sul-africano vinha tentando há anos convencer a população local de que a mina de titânio de Caruso os libertaria da pobreza, era esta: sua resistência já havia sido minada?

“O município não está tão envolvido nessa coisa da mineração”, disse ele, no meio da entrevista inicial em dezembro de 2018. “Só os vemos quando o ministro aparece”.

Uma afirmação que falava de uma trama infinitamente mais complexa do que a imaginada por Hollywood. Primeiro, havia a referência a Gwede Mantashe, então ministro de Recursos Minerais da África do Sul, que três meses antes havia visitado a vila de Xolobeni, no coração da região de Amadiba, para participar de uma reunião da comunidade. Dois dias após a reunião, em 25 de setembro de 2018, a Anistia Internacional [emitiu uma nota](#) condenando o uso excessivo da força pela polícia da África do Sul (SAPS). Testemunhos, vídeos e fotografias revelaram como a polícia usou gás lacrimogêneo, bombas de efeito moral e ameaças de morte para dispersar os protestos “pacíficos” contra a mineração. Richard Spoor, advogado do Comitê de Crise, que pediu a intervenção de Mantashe, havia sido preso por crime de injúria – o que levou a Anistia Internacional a exigir uma retirada imediata das acusações. Tudo isso significou, observou a organização de direitos humanos mais poderosa do mundo, um desprezo básico pela decisão do povo de “defender suas terras ancestrais”.

Depois, no final de novembro de 2018, houve o julgamento feito por Annali Basson, do Supremo Tribunal de North Gauteng. Uma decisão divisora de águas colocou a Lei de Desenvolvimento de Recursos Minerais



e Petrolíferos em pé de igualdade com a Lei de Proteção Provisória aos Direitos Fundamentais da Terra; vitória dos requerentes de Xolobeni ao determinar que *eles* – e não o governo em Pretória – tinham o direito de dizer se a mineração poderia ocorrer em seu território. O cerne da decisão se deu com base na oposição entre uma *consulta* comunitária – que a Lei de Desenvolvimento de Recursos Minerais e Petrolíferos estipula como requisito mínimo antes que uma licença de mineração possa ser concedida – e o *consentimento* da comunidade, conforme estipulado pela Lei de Proteção Provisória aos Direitos Fundamentais da Terra. O último venceu, levando Mantashe a [reclamar ao jornal City Press](#) que dentro de dez anos não haveria mais mineração na África do Sul. Os [especialistas em mineração](#) dos principais escritórios de advocacia da África do Sul concordaram, citando o desinvestimento e a paralisação do setor como uma consequência quase certa da decisão judicial.

Dlamini estava convencido de que as pessoas pró-mineração não eram nada amigáveis. Ele havia sido “destacado” para o Conselho Municipal, liderado pelo Congresso Nacional Africano (CNA), para que o Comitê de Crise pudesse ter alguém “lá dentro” – mesmo que o conselho local não tivesse voz sobre decisões tomadas nacionalmente.

“Porque da mesma maneira que há pessoas que nos dizem quando seremos mortos”, ele disse, “temos pessoas nos dizendo que isso nunca vai acabar”.

De fato, nas mais de duas dúzias de entrevistas feitas para esta reportagem, não havia ninguém que acreditasse que a decisão de Basson fosse um capítulo final. Ao contrário, com Mantashe sinalizando, em dezembro de 2018, sua intenção de recorrer da sentença – e com o futuro do setor



de mineração sul-africano aparentemente em risco –, a interpretação da lei feita por Basson foi vista como a entrada do país em uma luta global muito maior. Nesse contexto, o cerne eram as partes da decisão judicial que faziam referência aos direitos dos “povos indígenas” no direito internacional. Em outras palavras, enquanto os advogados das mineradoras se opunham à menção, por parte de Basson, de tratados internacionais que a África do Sul sequer assinou, os ativistas começaram a se referir a Xolobeni como a “Rocha Permanente” do país.

Assim como o movimento de indígenas Sioux contra o [Dakota Access Pipeline](#) [um oleoduto no estado de Dakota do Norte], nos EUA, eles agora estavam se tornando parte da história de como um pequeno grupo de agitadores rurais, apelidados de “antidesenvolvimentistas” devido a seu compromisso com as tradições, colocou-se no caminho de uma política do Estado. Tornava-se a história da luta pela soberania sobre a água, soberania alimentar e soberania sobre os túmulos de seus ancestrais. Tornava-se a história da resistência não violenta diante de um governo bastante disposto a usar a violência. E ainda que essas coisas sempre tenham existido (Xolobeni, afinal, trazia esses elementos desde que os australianos chegaram às suas praias em 1996), aconteceram dois fatos nos últimos meses de 2018 que colocaram Xolobeni por inteiro na engrenagem global.

O primeiro foi o relatório especial do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), [sobre o aquecimento global de 1,5 °C](#), que alertou a grande mídia ocidental para o fato de que o abuso contínuo do ambiente natural provavelmente acabará com grande parte da civilização moderna até o final do século XXI. O segundo foi a eleição de Jair Bolsonaro, no Brasil, com uma linha populista de direita que promete



liberar mais a Amazônia – que já começa a perder seu status de um dos mais importantes sumidouros de carbono do planeta – para a mineração e agricultura comercial.

A mudança climática, para além da subida dos oceanos e o aumento dos desertos, tornou o mundo menor, talvez até mais simples. Como em Dakota, os paralelos com Xolobeni estavam lá para qualquer um ver. Se os líderes indígenas brasileiros esperavam que o discurso bélico de Bolsonaro fosse apenas uma manobra eleitoral, em fevereiro de 2019 suas esperanças acabaram. Nos três meses seguintes à sua eleição, as comunidades nativas da Amazônia viam suas unidades de saúde em chamas e suas aldeias alvejadas. No final de julho de 2019, na época em que o assassinato de um chefe indígena por garimpeiros chegava às manchetes mundiais, os dados confirmaram que as políticas de Bolsonaro estavam desmatando a Amazônia na proporção de três campos de futebol por minuto.

“A diferença é que agora esses ataques estão institucionalizados e o *próprio* presidente incita o ódio”, explicou Angela Amanakwa Kaxuyana, militante indígena, em fevereiro.

A mineração e a agricultura comercial no Sul Global encontraram seu avatar terrestre em Bolsonaro. Se a situação não era tão grave na África do Sul, exatamente a que distância estávamos da ambição brasileira? A busca por respostas para essa pergunta coincidiria com o lançamento de vários relatórios inéditos – todos baseados em métodos científicos – que apontavam práticas agrícolas tradicionais e indígenas como um dos bastiões mais eficazes contra a crescente lista de ameaças à humanidade.





20 de novembro de 2018: membros da comunidade a caminho de Komkhulu para uma reunião que teria supostamente a presença do prefeito.

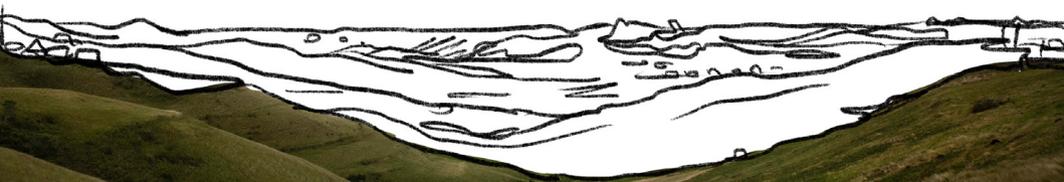
Madelene Cronjé / New Frame

## II. Nutriente

A região de Amadiba, da qual a vila de Xolobeni faz parte, ocupa a porção nordeste do que é conhecido pelos botânicos como o Centro de Endemismo de Pondoland (PCE, sigla em inglês), [uma reserva de biodiversidade global](#). Do rio Umtamvuna, em Porto Edward, a apenas dois quilômetros ao norte de Mzamba, até o rio Kei, no sul – uma área de apenas 1.880 quilômetros quadrados –, são encontradas mais de 2.200 espécies de plantas, das quais cerca de [196 são endêmicas](#). Embora um extenso estudo internacional ainda não tenha sido realizado, novas espécies continuam sendo descobertas regularmente; em comparação, todo o Reino Unido possui [menos de 50](#) plantas endêmicas.

Para se qualificar como um *hotspot* de biodiversidade, uma região deve ter 1.500 plantas vasculares, o que significa que deve ter “uma alta porcentagem de vida vegetal encontrada em nenhum outro lugar do planeta”. Para chegar a esse número, a Conservation International e o Critical Ecosystem Partnership Fund (CEPF) inclui o PCE no complexo [Maputaland-Pondoland-Albany](#), que atravessa a costa leste do continente, de Xai-Xai (Moçambique) a Porto Elizabeth (África do Sul). Como um dos 36 *hotspots*, forma parte de apenas 2,4% da superfície terrestre da Terra que abriga mais da metade das espécies de plantas endêmicas do mundo.

“Dos residentes dos centros urbanos de Maputo, Durban e Porto Elizabeth”, [observou o CEPF](#) em abril de 2010, “aos agricultores e silvicultores comerciais, às culturas pastorais tradicionais do Zulu, Xhosa e Suazi e à cultura de pesca artesanal em Moçambique, todos são dependentes dos recursos naturais da região para sua subsistência e bem-estar”.



E são os rios e córregos que fazem a maior parte do trabalho pesado. Das onze gargantas do rio que sustentam a maior biodiversidade do PCE, três percorrem o trecho de 22 quilômetros de costa que compõe a região de Amadiba – o Mzamba, o Mnyameni e o Mtentu (como veremos abaixo, o Kwanyana, que é tecnicamente um riacho, é considerado pelos conservacionistas como detentor de uma biodiversidade ainda maior, especialmente em seu estuário, onde estão localizadas as dunas vermelhas ricas em minerais). A vida endêmica das plantas nessas ravinas florestais, por sua vez, apoia a rica biodiversidade dos planaltos das pastagens, onde os habitantes de Amadiba plantam suas culturas – e onde, dado o desaparecimento mundial da biodiversidade subjacente aos sistemas alimentares humanos, Xolobeni valida seu lugar na linha de frente global.

Em 22 de fevereiro de 2019, a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) divulgou [o primeiro relatório](#) que detalha como as plantas, animais, insetos e microrganismos que mantêm os solos férteis, polinizam a flora, purificam ar e água, sustentam a saúde das árvores e combatem as doenças das lavouras e animais estão, efetivamente, morrendo. Preparado pela FAO, sob os auspícios da [Comissão de Recursos Genéticos para Alimentação e Agricultura](#), o relatório foi baseado em informações fornecidas por mais de 90 países, analisando os dados globais mais recentes.

“A biodiversidade para alimentos e agricultura é indispensável para a segurança alimentar”, afirmou o relatório em seu sumário executivo, depois de observar que pesticidas e fertilizantes minerais – utilizados há décadas pelos conglomerados que sustentam a monocultura industrial – estavam privando os ecossistemas mundiais de nutrientes. “A biodiversidade torna



os sistemas de produção e os meios de subsistência mais resistentes a choques e tensões, inclusive aos efeitos das mudanças climáticas”.

As principais estratégias de mitigação indicadas pelo relatório de 530 páginas foram bem diretas: mosaicos de produção regenerativa e a integração de árvores e flora nativa; gerenciamento de emissões de gases de efeito estufa via pecuária e rotação de culturas; otimização do uso de fertilizantes orgânicos através de ciclos fechados de nutrientes. O que não ficou imediatamente claro, no entanto – pelo menos não para o atual governo sul-africano, cujas opiniões estavam alinhadas com todos os governos anteriores desde 1948 –, foi que essas estratégias incluíam as principais práticas agrícolas dos habitantes de Amadiba.

“Se nos tiram a terra, vamos morrer de fome”.

Para Malungelo Dlamini, tio de Mzamo, era simples assim. Ele estava sentado em um caixote de plástico, com o mar atrás dele e o desfiladeiro do rio Mzamba por cima do ombro esquerdo, e lembrou-se de uma época em que a comunidade tinha menos preocupações. Com 79 anos, Malungelo desempenhou um papel ativo na [Revolta de Pondo](#) no final dos anos 1950 e início dos anos 1960, quando camponeses em Pondoland reagiram contra o Estado do *apartheid* e seus próprios chefes cooptados. No centro da revolta estava a Lei das Autoridades Bantu, de 1951, que havia criado a base legal para o autogoverno étnico e o sistema de remoções forçadas. Foi, em essência, uma rebelião motivada pela própria terra: quem a controlava, onde as pessoas podiam viver, como ela era usada.



“O governo anterior queria construir uma cerca e nos despejar”, diz o velho Dlamini, “mas cavamos um grande buraco e o caminhão deles caiu dentro. No dia seguinte, os chefes convocaram uma reunião e tudo foi interrompido”.

Desde aquele momento até a chegada dos garimpeiros australianos, as mulheres e crianças de Amadiba foram deixadas sozinhas. Como Govan Mbeki [colocou](#) no seminal *A Revolta dos Camponeses*, de 1960, os Pundos haviam destruído com sucesso o sistema das Autoridades Bantu. O Estado do *apartheid* revidou, é claro, forçando os homens a entrarem no sistema de trabalho migrante, mas a cultura de militância seria transferida para a resistência nas minas. O Sindicato Nacional dos Mineiros não apenas se inspiraria profundamente na experiência organizacional dos homens que participaram da rebelião; a resistência na África do Sul pós-*apartheid* também beberia dessa mesma fonte. Em um projeto gigantesco para comemorar os 34 mineiros grevistas atingidos pela polícia em Marikana, em 16 de agosto de 2012, o jornalista Niren Tolsi [alertou](#) o país para um profundo paralelo: “Os mineiros que se reúnem nos *koppies* [pequenas vilas] de Marikana são reminiscentes da Revolta de Pondo de 1960 e suas reuniões e massacres na Colina Ngquza, no Cabo Oriental, uma província de onde a maioria dos mineiros mortos veio”.

Enquanto isso, em Amadiba, os velhos costumes permaneceram praticamente intactos. A disseminação de propriedades pelos campos amplos e generosos, com espaço para a vida endêmica das plantas respirar, não havia mudado muito desde o início do século XIX, quando os primeiros assentamentos foram estabelecidos. As décadas e séculos



de vida em harmonia com o ecossistema costeiro, o respeito pelos ritmos das estações e as necessidades do solo, o entendimento de que a vegetação nativa não era algo a ser subjugado resultaram em culturas valorizadas por seu tamanho e sabor – milho, cebola, inhame, batata-doce, espinafre, cenoura, limão, goiaba.

Nos últimos anos, depois de uma vida como agricultores de subsistência, Malungelo e seu irmão Matom estavam trabalhando para seu outro “filho”, Malombo Dlamini, que capitalizou a generosidade da natureza para construir um próspero negócio de batata-doce. O solo era tão rico que o negócio não tinha gastos com fertilizantes; em vez disso, o fornecedor de nutrientes ainda era esterco do curral.

“Quando vendo em Durban, se meus concorrentes de outras áreas estiverem vendendo, os fregueses escolherão *minha* batata-doce”, disse Malombo. “As pessoas pegaram tubérculos daqui e os plantaram em outros lugares, mas não fica igual”.

Para além dos benefícios que as antigas práticas agrícolas continuavam trazendo para Amadiba, o que o negócio representava era uma conexão rara e estreita – observável em toda a região – entre os mais velhos e os jovens. Para Malombo, aos 35 anos, embora a Revolta de Pondo fosse uma lição distante vinda da história oral, ele via o mundo da mesma maneira que Malungelo e Matom.

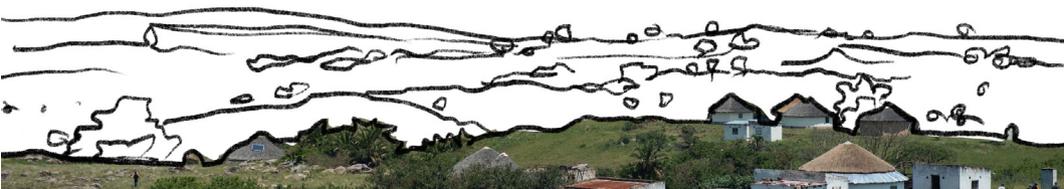
“Nós apoiamos uns aos outros”, disse Malombo, “porque o governo quer nos afastar, eles querem usar esta terra. Daí onde vamos morar? Vamos viver no céu? Vamos morar no rio Mzamba?”



De novo e de novo, voltamos à terra – e as histórias, declarações e contextos refletiam diretamente as campanhas cívicas que vinham ganhando força no Norte Global desde o lançamento do importante relatório do IPCC de outubro de 2018. Um exemplo foi a resposta ao IPCC da CLARA ([Climate Land Ambition and Rights Alliance](#) – Aliança de Ambição e Direitos da Terra), uma rede internacional que reúne organizações sem fins lucrativos, cientistas, agricultores e líderes indígenas para demonstrar o valor das soluções locais no combate às mudanças climáticas. A afirmação da CLARA foi de que os 91 cientistas internacionais que criaram o relatório do IPCC, em seus esforços para mitigar a piora do ciclo de secas, inundações, tempestades tropicais e derretimentos polares que estavam ocorrendo como resultado da incapacidade da humanidade de reduzir as emissões – um cenário, alertaram os cientistas, que terminaria em amplo colapso social se uma inversão da marcha não for efetuada até 2030 –, concentrou-se demais na “abordagem não testada” de tecnologias de remoção de carbono.

Melhor do que [medidas potencialmente desastrosas](#) como a bioenergia com captura e armazenamento de carbono (BECCS) ou [geoengenharia solar](#), dizia a declaração, estavam medidas que garantiam os direitos dos povos indígenas e das comunidades locais.

“Enquanto metade da terra do mundo está associada a uma reivindicação de ‘uso habitual da terra’”, [observou CLARA](#), “apenas 10% está legalmente sob propriedade indígena e comunitária. A garantia dos direitos à terra da comunidade representa uma ação climática eficaz, eficiente e equitativa que os governos podem empreender para proteger as florestas do mundo”.

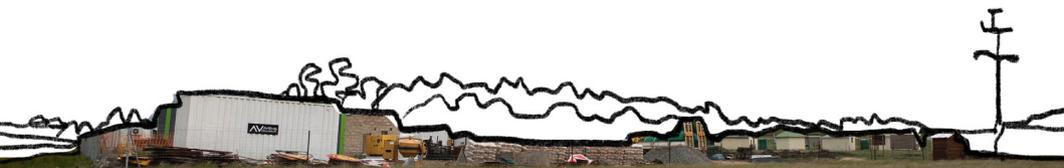


Esse mesmo sentimento ecoaria em maio de 2019 em um relatório [apelidado](#) de “a maior e a pior notícia que a humanidade já recebeu”. Preparado por 145 especialistas de 50 países, a avaliação global da Plataforma Intergovernamental de Políticas Científicas sobre Serviços de Biodiversidade e Ecossistemas, ou IPBES, da ONU, confirmou que o mundo natural estava em meio a uma crise sem precedentes, com taxas de extinção de dezenas a centenas de vezes maior do que nos últimos 10 milhões de anos.

A palavra “indígena” foi mencionada 32 vezes no [resumo de 40 páginas para os formuladores de políticas](#), com a página seis fornecendo uma descrição do que os autores do IPBES – ecologistas, zoólogos, botânicos, biólogos marinhos e climatologistas – pretendiam ao usar o termo: “Cenários regionais e globais carecem de uma consideração explícita das visões, perspectivas e direitos dos povos indígenas e comunidades locais, seu conhecimento e compreensão de grandes regiões e ecossistemas e seus caminhos desejados de desenvolvimento futuros”.

E onde o vínculo com os direitos à terra em Xolobeni era óbvio, não era apenas sobre as florestas que os cientistas do IPBES e CLARA estavam falando – savanas e turfas também foram marcadas como zonas críticas, evitando a “conversão do ecossistema para outros usos da terra”, citado como “a prioridade número 1 para impedir que as emissões de CO<sup>2</sup> entrem na atmosfera”.

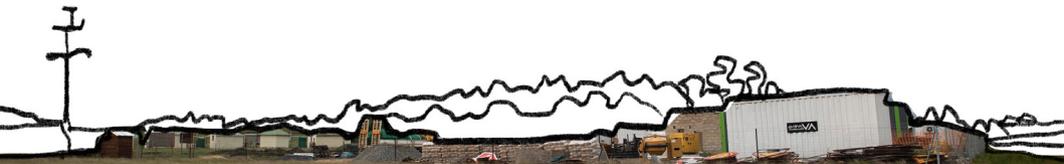
Havia também a parte sobre agricultura, que refletia o relatório da FAO, mas com o ingrediente adicional da [rápida aceleração das emissões de](#)



**carbono** do mundo, uma situação intratável e desesperada que estava mudando rapidamente a adaptação ao mesmo nível de urgência da *mitigação*.

“À luz das pressões populacionais”, alertou CLARA, “existe o risco de que a ‘intensificação sustentável’ apenas aumente a dependência de modelos de agricultura industrial que aprofundam a desigualdade e desgastam as reservas de capital natural, ao contrário das abordagens agroecológicas. No lado da produção, ajudar os pequenos agricultores a se adaptarem às mudanças climáticas é a prioridade mais urgente que se relaciona à segurança alimentar e leva a um caminho transformador para a agricultura”.

“Em Pondoland, essa recusa da agricultura industrial foi literalmente queimada no solo – a Revolta de Pondo nasceu da luta contra o Programa de Recuperação de Terras, pelo meio do qual o nascente Estado do *apartheid* chamou a polícia para impor o controle sobre estoques, cercas, abate, e a divisão das terras aráveis das pastagens. O povo então resistiu. E resiste agora.





**20 de novembro de 2018: Komkhulu (“O lugar excelente”) onde a reunião ocorreu. O prefeito deveria estar presente e fazer uma fala, mas cancelou sua participação minutos antes.**

Madelene Cronjé / New Frame

### III. Komkhulu

Em 16 de janeiro de 2019, quando Gwede Mantashe ignorou os apelos de grupos locais e internacionais de direitos humanos e retornou a Amadiba, ele escolheu como ponto de encontro um local que há muito era um enclave da facção pró-mineração. A Escola Secundária Júnior Xolobeni não foi apenas o local de visitas de anteriores ministros de mineração – a mais notável sendo uma [visita de Buyelwa Sonjica em agosto de 2008](#), durante uma tentativa inicial do governo de conceder a licença de mineração – também foi um local no qual parece ter havido um uso criminoso da força policial sobre os alunos da escola.

“A polícia de Transkei está sendo investigada por espancar crianças em idade escolar que se opunham à mineração de titânio planejada na costa selvagem”, escreveu Malungelo Booï, do jornal *Daily Dispatch*, em outubro de 2008. A denúncia foi feita pela Diretoria Independente de Queixas (ICD, sigla em inglês), precursora da Direção Policial de Investigação Independente, do assistente social John Clarke. De acordo com um capítulo intitulado ‘[Sjambokked](#)’ no livro de Clarke *The Promise of Justice [A Promessa por justiça]*, a proximidade da escola e dos lares dos irmãos Zamile ‘Madiba’ e Zamokwakhe ‘Basheen’ Qunya, líderes da facção local de mineração, tinha tudo a ver com o incidente.

“É razoável sugerir”, observou Clarke em seu relatório ao ICD, “que aos olhos da família Qunya, a Escola Xolobeni JS se tornou parte integrante da empresa de mineração, se não seu feudo pessoal. Quaisquer que sejam as alianças ou visões pessoais do diretor, é óbvio que os irmãos Qunya, como membros influentes da comunidade escolar, ficariam irritados com o que podem ter percebido como uma rebelião juvenil pela



recusa em usar uniformes escolares e se apresentar na visita [do ministro Sonjica]”.

Embora Madiba Qunya tenha concordado em dar uma entrevista por telefone em dezembro de 2018, dizendo para “ligar de volta a qualquer momento”, nem ele nem seu irmão responderiam às perguntas sobre essas alegações. De qualquer forma, o relatório de Clarke havia afirmado que, durante algum tempo, depois das chicotadas dos policiais adultos, muitos dos alunos – meninas e meninos com idades entre 15 e 18 anos – não conseguiram se sentar “por causa da dor persistente”. O ICD, segundo Clarke, confirmou o incidente e recomendou que os policiais fossem disciplinados – mas a estrutura de comando “deu de ombros”. Mais tarde, uma carta formal de queixa foi enviada ao então ministro da Educação Naledi Pandor, que não respondeu. E assim Richard Spoor, que já atuava como advogado do Comitê de Crise, contratou um procurador chamado John Wills para instaurar uma ação coletiva contra o chefe da polícia. Mas, embora mais de 60 famílias tenham se juntado à ação, escreveu Clarke, Wills não conseguiu encontrar um defensor para assumir o caso.

“Quando começaram a caçar crianças”, dizia Clarke, lembrando-se do incidente em janeiro de 2019, “entraram em um sentimento mais profundo do que a ganância”.

Essa era exatamente a mensagem que o Comitê de Crise de Amadiba, ou ACC, planejava dar a Mantashe quando ele voltasse à Escola Secundária Júnior Xolobeni após sua visita desastrosa em setembro de 2018. Mas às 10h da manhã de 16 de janeiro, exatamente quando os procedimentos estavam para começar, o ministro de recursos minerais estava fora, visitando



as dunas, sua cavalaria de Audis com nuvens de chuva e o mar como pano de fundo.

“Ele nem pediu permissão aos idosos”, disse Nonhle Mbuthuma, que desde o ano do assassinato de Rhadebe havia se tornado a voz pública principal do ACC.

Se havia algo no centro da raiva que os 250 membros do comitê de crise encharcados de chuva estavam sentindo, era isso, um assunto ao mesmo tempo delicado e explosivo. Em dezembro de 2018, durante uma reunião com Mbuthuma nos escritórios improvisados do ACC em Porto Edward, foi pelo respeito que a conversa continuou.

“Imagine que eles estavam perfurando nossos túmulos”, disse ela, lembrando-se da primeira vez que encontrou os garimpeiros, quando era uma jovem colegial e os caminhões chegaram no meio da noite. “Eles estavam dirigindo por nossos campos; eu não podia acreditar. Pegamos *knobkerries* [bastões com uma bola na ponta] e tentamos persegui-los”.

E, no entanto, para ouvir Mbuthuma contar, houve uma demonstração de desrespeito que superou todo o resto – uma razão fundamental para que, às 10h30 da manhã, sem nenhum sinal do ministro, os ativistas estivessem brincando na marquise montada e paga pelo governo. Essa razão, em uma palavra, foi *Komkhulu* – o “excelente lugar” –, onde as decisões que afetavam a comunidade eram tomadas por consenso, onde qualquer um podia falar, mas todos estavam sujeitos às regras do debate. Era em *Komkhulu* que as questões relacionadas ao uso e à alocação de terra eram tradicionalmente resolvidas; foi em *Komkhulu* que Madoda Ndovela se manifestou



contra a mineração em 2003, poucos dias antes de seu assassinato; e foi em *Komkhulu* que o ACC foi formado em junho de 2007, uma decisão que reuniu 900 membros ativos em novembro daquele ano.

*Komkhulu*, para Mantashe, era muito mais que um inconveniente: era um local de encontro que ele não podia reconhecer, muito menos participar.

Em um comunicado de imprensa enviado pelo Departamento de Recursos Minerais em 14 de janeiro de 2019, alegou-se que o ACC, durante uma reunião privada em 17 de novembro de 2018, havia convidado o ministro de volta. O que o ACC realmente disse, segundo o comunicado, foi que os anciãos informaram a Mantashe que qualquer discussão sobre a terra acontecia “no excelente lugar”. O ponto crucial da lei consuetudinária era que a terra era mantida em comunidade – e por isso foi suficiente para Basson que 68 das 74 propriedades diretamente afetadas houvessem se juntado ao litígio contra o governo e, por sua vez, foi por que, presumivelmente, Mantashe se sentiu compelido a insultar não apenas a tradição Pondo, mas a própria Suprema Corte de Pretória.

Como [apontado](#) em dezembro de 2018 por Aninka Claasens, uma das principais especialistas da África do Sul em direitos legais das comunidades afetadas pela mineração, “90% dos pedidos de mineração se referem à terra nas antigas pátrias”. Como um interruptor de luz, foi uma observação que deixou tudo às claras.

Após o julgamento de Basson, lembrou Claasens, *nove em cada dez* pedidos ao Departamento de Recursos Minerais ficaram repentinamente vinculados às disposições da Lei de Proteção Provisória aos Direitos Informais



da Terra, que havia sido aprovada em 1996 para garantir a segurança de posse dos residentes dos antigos bantustões. O governo e seus parceiros de mineração do setor privado vinham ignorando esse pequeno pedaço da legislação há mais de duas décadas, lidando com as comunidades por meio do uso de consultores e pagando autoridades, mas agora o jogo havia terminado. Não apenas a juíza Basson reafirmou a Lei de Proteção Provisória aos Direitos Fundamentais da Terra como uma realidade legal, exigindo que, antes que a mineração pudesse acontecer, uma comunidade tivesse que oferecer seu consentimento “livre e informado”, mas o Tribunal Constitucional, quatro semanas antes do julgamento de Xolobeni, [havia elevado o status da lei](#) ao direito comum, o que lhe dava infinitamente mais peso.

O dilema para Mantashe – seu paradoxo – era que o povo das antigas pátrias, pessoas que o próprio governo considerava “os mais pobres dos pobres”, pararam de acreditar que a mineração os resgataria da penúria. Foi uma lição tirada do cinturão de platina no antigo Bantustão de Bophuthatswana, na África do Sul – especificamente, a lição proferida por [Bapo ba Mogale](#) e [Bakgatla ba Kgafela](#), comunidades tradicionais cujos recursos naturais e meios de subsistência foram destruídos pela Lonmin, Anglo Platinum e Pallinghurst Resources. Quando os homens de Xolobeni voltaram para casa do trabalho nessas minas, eles voltaram com notícias do que haviam visto nas favelas adjacentes.

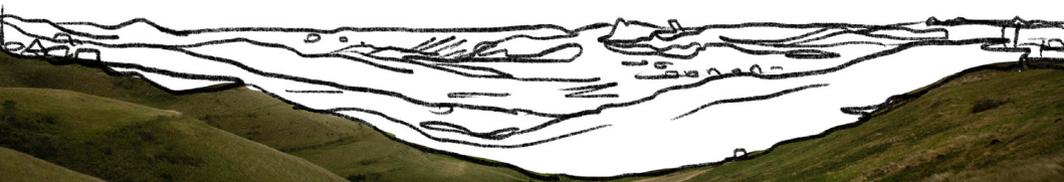
Com tudo isso em mente – com a indústria de mineração nas costas; com a política de desenvolvimento do CNA ainda firmemente ancorada no que essas empresas de recursos poderiam criar –, como Mantashe pôde *não* retornar a Xolobeni?



Na verdade, sua aula de dissimulação coercitiva era algo digno de se ver. Ele chegou atrasado, arrogante como um valentão da escola falando em “coexistência” e “trabalho duro”, e rejeitou a decisão judicial de Basson, qualificando-a de “*ububhanxa*” – isto é, “idiotice” ou, menos educadamente, “asneira”. E então, no momento das perguntas, ele amarelou.

“Sou membro do ACC”, disse a primeira e única pessoa escolhida para fazer uma pergunta no cenário patrocinado pelo governo, “e concordamos que queremos minerar, mas uma pessoa branca veio e nos disse para discordar”. Os assobios e gritos dos membros reais do ACC apontavam que se tratava de um membro falso.

“Nunca o vimos antes, ele não é daqui”, disse Mbuthuma, depois que a polícia disparou suas armas de choque e agrediu fisicamente um simpatizante do ACC. “Pedimos a Mantashe que continuasse a reunião para que pudéssemos fazer nossas perguntas, mas ele encerrou o processo e foi embora”.





20 de novembro de 2018: Mabhude Danca e Nonhle Mbathuma, fundadores do Comitê de Crise de Amadiba.  
Madelene Cronjé / New Frame

## IV. Usurpação

A uma curta caminhada do lugar de Siyabonga Ndovela, subindo a estrada de cascalho e à esquerda do topo da cachoeira que cai no desfiladeiro do rio Mtentu, há um assento na primeira fila de um espetáculo natural que nem mesmo David Attenborough [um naturalista britânico] foi capaz de explicar. Por algumas semanas a cada ano, peixes da espécie *Caranx ignobilis*, um dos caçadores solitários mais eficientes do oceano, se reúnem em cardumes para se tornar o que Attenborough chamou de “peregrinos dedicados”. Rompendo a foz do rio, os peixes – cada um com o peso e o comprimento de um grande adulto humano – nadam para um local demarcado rio acima, onde, “em resposta a um sinal desconhecido”, começam a circular. Eles não vêm para procriar ou caçar. Por que dão voltas? Ninguém sabe.

O *Caranx ignobilis* vem realizando esse ritual desde que alguém da família de Ndovela consegue se lembrar – e nenhum membro de sua família, apesar (ou por causa) do fato de serem todos pescadores especializados, já se aproveitou do fenômeno para pescar. “Recebi uma ligação hoje”, disse Ndovela, 26 anos, durante uma entrevista de duas horas em sua propriedade. “Esses caras de perto de Bizana entraram com a rede no meio da noite”.

Explicou que havia quatro deles, todos empregados de uma empresa de pesca chinesa que operava em Porto Elizabeth, de onde haviam “emprestado” a rede. Embora essas redes fossem do comprimento de um campo de futebol e da profundidade de um prédio de três andares, eles a haviam arrastado pelas encostas íngremes e traiçoeiras do desfiladeiro, sob a escuridão, para ensacar os peixes que circulavam. Como eles conseguiram sair do desfiladeiro com a pesca e a rede era uma incógnita, mas Ndovela queria



deixar claro que os homens não eram da área. Eles eram do interior, disse ele, onde as conexões com as tradições locais eram muito mais frouxas.

Além disso, eles estavam trabalhando em uma operação cujo *status* legal era na melhor das hipóteses duvidoso. Em maio de 2016, o navio de patrulha naval sul-africano Victoria Mxenge havia perseguido nove arrastões chineses depois de serem vistos pescando ilegalmente em Durban, Porto St. Johns e Cabo Recife. Desmond D'Sa, de um grupo ativista chamado KZN Subsistence Fisherfolk, alertou à [Rádio Costa Leste](#) que os navios estrangeiros estavam comprometendo os meios de subsistência locais.

“Há várias comunidades de pescadores na costa sul”, disse D'Sa, “até de Porto Edward, nos ligaram e avisaram que havia pesca com arrastões na escuridão da noite violando o oceano”.

Porto Edward – a última cidade do *apartheid* na África do Sul antes de chegar ao bantustão de Transkei –, ainda era, no que dizia respeito ao oceano, onde o ativismo dos pescadores parou. Importava que os 22 quilômetros de costa entre os estuários de Mzamba e Mtentu estivessem no meio da costa estendida na qual os arrastões chineses foram avistados? Dito de outra forma, teria feito diferença se houvesse um Comitê de Crise do mar como aquele que existia em terra?

Ndovela sabia que a pergunta era discutível. A marinha sul-africana, liderada pelo navio de patrulha Victoria Mxenge, perdeu o controle de oito dos nove navios enquanto os escoltava para o norte, até a baía de Richard. Outros três arrastões, escoltados para o sul de East London pelo SAS Drakensberg e pelo navio de patrulha Sarah Baartman, foram libertados



mediante pagamento de uma multa de 364 mil reais – os arrastões retornaram com suas capturas, que não haviam sido confiscadas para a República Popular da China.

Enquanto isso, para alimentar sua família, Ndovela precisava de uma “licença de subsistência” do Departamento de Agricultura, Florestas e Pescas. “São quatro ou oito”, disse ele, tentando se lembrar de sua cota. “Então são quatro lagostins, quatro *bream*, um *cob*, um *musselcracker*, cinco sargos, dez *karanteens*”.

Parecia bastante para a pesca de um dia, até que se lembrou que era quase impossível dividir essas espécies em uma única sessão e que o objetivo da licença era permitir que os pescadores e seus dependentes *subsistissem*.

“Cinquenta mexilhões”, acrescentou Ndovela, “como você alimenta uma família com isso?”

Como em terra, o governo sul-africano não estava facilitando as coisas para o povo de Amadiba – um fato não desconectado do fato que, como em terra, o ecossistema estava ameaçado.

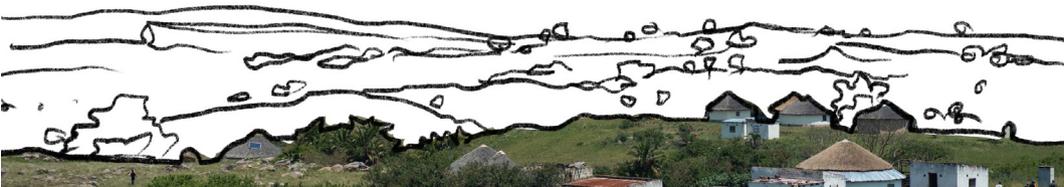
Em seu relatório de 2010, o Critical Ecosystems Partnership Fund [Fundo de Parceria para Ecossistemas Críticos] observou que as águas costeiras do hotspot de Maputaland-Pondoland-Albany eram “significativas em nível global por sua biodiversidade de espécies marinhas”. Mas o Fundo havia se retirado bem quando as águas quentes e os arrastões ilegais tornaram sua ajuda indispensável. A embaixada chinesa, no momento do incidente em East London, em 2016, insistiu que os navios apreendidos eram totalmente



legais. Um porta-voz da embaixada exigiu uma “solução rápida e apropriada da investigação, de acordo com a amizade e a cooperação entre [os dois] países” – uma declaração que teria parecido menos com uma coerção diplomática se três equipes de televisão não tivessem sido avisadas para embarcarem junto. Segundo relatos, 800 toneladas de lula no valor de 24 milhões de reais estavam nos navios, além de “grandes números de *dorado*”, uma espécie que estava ao lado do peixe-rei na “lista vermelha” da Iniciativa Sustentável de Frutos do Mar da África do Sul.

A mudança, com certeza, estava chegando. Mudanças maiores do que Ndovela ou qualquer outra pessoa do Comitê de Crise já havia visto, mudanças que tornariam sem sentido a atual noção de crise. De todos os apoiadores do Comitê, foi Sinegugu Zukulu, com sua pós-graduação em gestão ambiental pela Universidade de Stellenbosch, sua experiência em conservação no Endangered Wildlife Trust e sua vice-presidência na ONG Sustaining the Wild Coast – mas principalmente suas décadas de profundo envolvimento com a riqueza do lado de fora de sua porta – que viveu essa realidade na pele.

Acima de tudo, Zukulu queria enfatizar que Amadiba não seria uma pradaria por muito mais tempo. Enquanto os mares estavam aquecendo e tendo seus peixes arrancados, Pondoland estava se transformando em uma savana. A quantidade recorde de carbono no ar – em 410 partes por milhão, em média, vista pela última vez há 15 milhões de anos, quando os humanos ainda não haviam evoluído e os oceanos eram 30 metros mais altos – estava levando direta e rapidamente à propagação da vegetação lenhosa, ou *umnga*. Essa mudança nos biomas, explicou Zukulu, significaria uma mudança na economia rural.

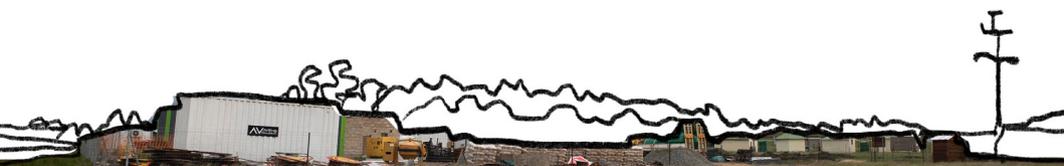


“No momento, em todo o antigo Transkei, todos os vales estão cheios de umnga”, disse ele, referindo-se a uma [pesquisa acadêmica](#) de 2015. “Em cinquenta anos, dominará as pastagens. Em cem anos, toda a área do oceano daqui até Joanesburgo será uma savana, como você vê perto de Kruger. Então, isso significa que a economia rural como a conhecemos hoje se transformará”.

Transformar, no entanto, em quê? Para além de substituir o milho pelo sorgo como alimento básico – uma mudança necessária em direção a um cultivo mais forte, ao qual os agricultores locais, devido à sua menor produtividade, estavam resistindo –, não há respostas fáceis. A disseminação de espécies exóticas invasoras, que tendem a dominar florestas e sufocar árvores, bem como a escassez de água provocada pela sede da savana, não ajudam. Nem as chuvas erráticas, os relâmpagos sem precedentes ou os tornados cada vez mais letais rasgando o cinturão da província – em dezembro de 2018, anunciando os eventos climáticos extremos ainda por vir, um tornado violento destruiu pelo menos [26 escolas do Cabo Oriental](#), demolindo edifícios e rompendo telhados.

Essa era, então, a face sul-africana das mudanças climáticas. E, olhando para a sua absoluta enormidade, esperava uma pergunta simples, mas brutal: qual o sentido de proteger a preciosa biodiversidade de Pondoland se, dado o carbono já existente na atmosfera, ele está destinado à obliteração?

Esse fatalismo, que estava a um passo de colapsar o Comitê de Crise de Amadiba que permitiria a exploração de titânio e seguir no caminho de desenvolvimento do governo, era um anátema para Zukulu. Para ele,



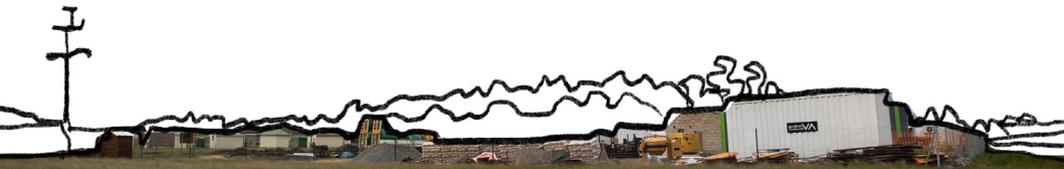
independentemente dos choques futuros, há tesouros no bioma Pondoland que exigem nossa atenção *agora*.

“Eu estava andando em Kwanyana outro dia”, disse ele, “e de repente encontrei todas essas plantas medicinais em volta das areias vermelhas. A hipóxia, a batata-africana, vi muitas delas. Vi também o *itshetshisa*, usado para limpar os bebês após seu primeiro cocô. Novamente, o essencial é que a biodiversidade persiste. E a terra ao redor de Kwanyana é a *mais* fértil. Aquela fazenda a cerca de cinquenta metros das dunas tem o solo mais rico, você pode ver pela qualidade das colheitas”.

O ponto zero dos garimpeiros australianos e o local que Mantashe disse que era “onde a mina estará” era o estuário de Kwanyana, um paraíso para a vida das aves. Em dezembro de 2018, passei uma tarde no estuário na companhia de um par de grou-coroados, uma espécie da lista de espécies ameaçadas da União Internacional para a Conservação da Natureza; são aves consideradas sagradas pelos *amagqira* locais (curandeiros tradicionais).

Além do mais, Zukulu apontou, Kwanyana foi declarado patrimônio histórico; as dunas estão cheias de ferramentas da Idade da Pedra pré-*Homo sapiens*, incluindo artefatos como picaretas, machados, cutelos e raspadores que datam de 300 mil a 500 mil anos. A mineração em Kwanyana removeria tudo: as ferramentas da Idade da Pedra, os pássaros em extinção, a flora medicinal.

“As plantas endêmicas no Centro de Endemismo de Pondoland são muito específicas do local”, disse Zukulu. “Uma planta em particular será encontrada em uma área específica e somente lá. Qualquer planta perdida



seria perdida para sempre. Convocamos um cientista para avaliar se seria possível reabilitar uma área e, depois de examinar o solo, ele nos disse que seria impossível, porque o próprio mineral que eles querem remover é o mineral que é central para o crescimento da vegetação”.

Esse mineral, de acordo com os litigantes no processo judicial – mais de 90% das famílias na área de Kwanyana e arredores – faria muito menos do que a terra para a população. Esse era de longe o maior perigo sobre o qual Zukulu vinha alertando nos últimos 22 anos – especificamente, que as pessoas seriam despojadas de seus meios de subsistência, expulsas para as cidades, desconectadas de suas terras ancestrais e, finalmente, talvez, de suas almas.

Por transmitir tais mensagens, Zukulu sofreu um atentado em 2006. Um primo interveio para salvá-lo e foi então assassinado.





20 de novembro de 2018: Komkhulu (“O lugar excelente”).  
Madelene Cronjé / New Frame

# V. Indaba

“Queremos vê-lo não nos tribunais”, disse o presidente Cyril Ramaphosa aos executivos reunidos em fevereiro de 2019 no [Investing in African Mining Indaba](#), “mas em suas salas de reuniões, onde podemos conversar e debater”.

Isso não foi uma repreensão nem um *mea culpa* – embora, nas épocas em que Ramaphosa era mais jovem, pudesse ter sido os dois. Não era uma referência às milhares de horas em dezenas de tribunais que o governo e os conglomerados de mineração sentaram lado a lado como corréus, com comunidades como Xolobeni como demandantes. Ao contrário, foi a confirmação de que Ramaphosa pretendia consertar o relacionamento entre o governo e os conglomerados, o que [azedou](#) devido aos obstáculos regulatórios introduzidos pelo presidente Jacob Zuma. Mantashe, que possuía o mesmo histórico nos sindicatos de mineração da época do apartheid que Ramaphosa, havia sido convocado para esse fim expressamente; juntos, a dupla estava garantindo um novo amanhecer para uma “[indústria do nascer do sol](#)” que atrairia investimentos, reduziria o desemprego e estimularia o crescimento.

O discurso do presidente foi aplaudido de pé e foi, segundo todos os relatos, o ponto alto da conferência. Quatro meses depois, durante seu primeiro discurso como chefe de um superministério de mineração e energia, Mantashe seria elogiado de maneira semelhante. O [Junior Indaba 2019](#) para “exploradores, desenvolvedores e investidores” do setor de mineração emergente foi o local perfeito para a estreia de Mantashe como chefe do novo Departamento de Recursos Minerais e Energia, porque agora ele estava em uma posição perfeita para garantir o compromisso de longo prazo da África do Sul com a extração e queima do carvão.



“Para mim”, ele prometeu à plateia, “não se trata de acabar com o carvão e cultivar fontes renováveis. Esse é um debate bobo. É sobre o crescimento das várias tecnologias à nossa disposição. Também devemos investir na descoberta de tecnologia limpa de carvão”.

Mantashe parecia estar dizendo que a crise climática não precisava de nada além da engenhosidade dos engenheiros. Ele estava seguindo esse caminho, apesar do [aviso](#) do IPCC em outubro de 2018 de que as técnicas de emissão negativa, todas “não comprovadas em larga escala” e algumas que apresentavam riscos significativos, só ajudariam a limitar a destruição se a queima de combustíveis fósseis fosse cortada em 45% por 2030 e desaparecesse completamente até 2050. Em nenhum dos seus discursos orçamentários no parlamento, de meados de julho de 2019, Mantashe mencionou a “transição justa” – a frase que havia se tornado uma abreviação para a passagem segura e garantida dos 82 mil mineiros de carvão da África do Sul no setor de energias renováveis. Em vez disso, antes de [reafirmar](#) seu compromisso com o petróleo e o gás natural em duas partes da legislação discutida, ele falou sobre o potencial dos campos de carvão não explorados do país. [Ele também disse:](#)

A sustentabilidade e estabilidade a longo prazo da mineração dependem da convivência com outras pessoas, isto é, agricultura, meio ambiente, turismo e comunidades mineradoras. As empresas de mineração devem, portanto, priorizar e ser proativas no envolvimento com essas partes interessadas. Essa coexistência é confirmada por recentes sentenças judiciais sobre a regulamentação dos direitos de mineração e exploração, que enfatizam a consulta significativa às comunidades e ocupantes legais da terra, também a governança cooperativa entre os órgãos do Estado.



O essencial dessa fala, positiva e progressiva na superfície, estava toda na palavra “consulta” – no lugar de “consenso”, como ratificado na decisão sobre Xolobeni a que Mantashe se referia e a qual não estava disposto a acatar.

E então, em 8 de agosto de 2019, o IPCC divulgou um relatório que desmentia o resto das palavras de Mantashe. Chamado de [relatório especial sobre mudança climática e terra](#), baseou-se no trabalho de 107 cientistas de 52 países, com 53% dos autores de países em desenvolvimento – uma mistura bem-vinda, dado que o IPCC sabia há décadas que os pobres da África, Ásia e América do Sul seriam os mais afetados.

A agricultura, a silvicultura e outros usos da terra agora eram responsáveis por 23% das emissões antrópicas de gases de efeito estufa, segundo o relatório; o número sobe para 37% se forem incluídas as emissões associadas às atividades de pré e pós-produção no sistema alimentar global. Em termos do ciclo de retroalimentação que isso estava infligindo ao mundo, um resultado destacado do relatório foi o fato de que a erosão do solo de campos agrícolas cultivados convencionalmente era 100 vezes maior que a taxa de formação do solo.

Com a média de 1 °C de aquecimento global, a erosão do solo – como escassez de água em áreas secas, perda de vegetação, danos causados por incêndios florestais, degradação do pergelossolo, declínio do rendimento das colheitas tropicais e instabilidades no suprimento de alimentos – poderia contribuir para o que o IPCC denominou como riscos “cada vez mais graves” em cascata. A vegetação terrestre, como uma fonte de dióxido de carbono, perderia sua eficácia à medida que o planeta continuasse a



aquecer; o degelo projetado do pergelissolo “aumentaria a perda de carbono do solo”; e o aumento dos níveis de dióxido de carbono na atmosfera “reduziria a qualidade nutricional das culturas”.

De volta ao microcosmo de Xolobeni, como vimos, a retroalimentação já estava se desenrolando. O governo sul-africano, através da [Fundação de Desenvolvimento Rural de Lima](#), cujos patrocinadores incluem os conglomerados de mineração Lonmin e Anglo Platinum, estava pressionando a monocultura com uso pesado de fertilizantes como resposta à insegurança alimentar.

“Lima está introduzindo transgênicos aqui”, disse Zukulu, referindo-se à [prática controversa](#) de financiar culturas geneticamente modificadas, “e acompanhando os OGMs está a pulverização de ervas daninhas com glifosato. As pessoas estão comprando, porque vêem nisso a emancipação de seu trabalho duro na lavoura. Infelizmente, ninguém está dizendo às pessoas o quão perigoso é o veneno da Monsanto”.

Enquanto isso, o líder da facção pró-mineração de Xolobeni, Madiba Qunya, durante a entrevista de 45 minutos que concedeu, explicou como a modernização era a única esperança de seu povo. De alguma forma, o julgamento de Basson também foi comemorado do seu lado como uma vitória.

“Damos as boas-vindas à decisão judicial em termos de nos dar um direito que não tínhamos antes”, disse Qunya. “Se esse julgamento puder ser usado para uma legislação que especifique que possuímos aquela terra – não



apenas que a possuímos, mas de uma maneira *específica* –, acho que a receberei bem. Essa será uma conquista muito boa para nós”.

O restante da entrevista foi uma repetição do tema, apontando para o fato de que nos antigos bantustões a terra ainda estava registrada pelo chefe ou líder, bem como a necessidade agora de títulos de propriedade que as pessoas poderiam apresentar como garantia para os bancos. Sobre o assunto relacionado a autoridades tradicionais e suas parcerias com empresas de empoderamento para vender seu pessoal com fins lucrativos, o que provou ser o passatempo favorito do setor de mineração pós-*apartheid*, Qunya prometeu que a Xolco, a Empresa de Empoderamento de Xolobeni, seria uma exceção à regra.

“Haverá desdobramentos da mina”, disse ele. “O problema em Xolobeni é que não há alternativas. As pessoas ainda andam longas distâncias até a clínica, ainda bebem nos rios com o gado, ainda não há estradas para os carros, não há eletricidade. Precisamos de desenvolvimento alternativo”.

O que, se fosse outra pessoa a dizer isso – e se a maioria das famílias estivesse pedindo isso – seria na maior parte verdade. A mina poderia “coexistir” com o turismo e a agricultura? As escrituras poderiam ser parceladas equitativamente? Os lucros da mineração poderiam ser compartilhados? De maneira indireta, todas essas perguntas foram respondidas afirmativamente por Qunya.

Mas, em segundo plano, houve as antigas [alegações de impropriedade](#) em relação aos negócios de Qunya com Max Boqwana, seu cofundador da Xolco. Havia a [dívida contraída](#) pelos acionistas locais no acordo original



em 2003. Houve a transição para o lado pró-mineração do chefe Lunga Baleni, que teria sido subornado com dinheiro e um veículo com tração nas quatro rodas. Havia as afirmações de que o grupo de jovens pró-mineração tinha fortes laços com o parceiro majoritário e financiador de Qunya, os australianos. Houve acusações e contra-acusações de bruxaria e incitação à violência. Havia dezenas de assassinatos e aumentando.

Havia também a promessa de Gwede Mantashe de retornar, sem ser convidado pelos mais velhos, para realizar outra pesquisa para verificar a “vontade do povo” – uma afronta à Constituição que, como Aninka Claasens escreveu, manteria os habitantes rurais da África do Sul como “sujeitos tribais em vez de cidadãos com direitos”.

A lista continuou. Em agosto de 2019, uma busca por Xolobeni, uma vila com cerca de 74 propriedades rurais em uma costa rural pouco desenvolvida na província mais pobre de um país que havia sido considerado o mais desigual do mundo recentemente, produziu mais de 69 mil resultados. Parafraseando William Blake, a vila havia transformado o mundo em um grão de areia.

Um mundo que estava esquentando, um mundo literal e figurativamente em encolhimento. E assim, a pergunta que estava conduzindo a reportagem provavelmente poderia ser respondida assim: se a resposta política na África do Sul de Ramaphosa não for exatamente a resposta política do Brasil de Bolsonaro – ou, de fato, nos Estados Unidos de Trump –, é apenas uma questão de grau.



A busca por renda como uma reação à sexta extinção em massa, como uma reação a um planeta que nos implora por transformação, era exatamente o que parecia: uma duplicação aterrorizada, uma manifestação de medo e ganância com alma morta, uma fuga monumental e imperdoável.

Neste mundo novo e corajoso, o destino de Xolobeni seria o destino de todos nós.





20 de novembro de 2018: rio Mtentu.  
Madelene Cronjé / New Frame







Instituto Tricontinental de Pesquisa Social  
*é uma instituição internacional, organizado por  
movimentos, com foco em estimular o debate  
intelectual para o serviço das aspirações do povo.*

[www.otricontinental.org](http://www.otricontinental.org)

Instituto Tricontinental de Investigación Social  
*es una institución promovida por los movimientos,  
dedicada a estimular el debate intelectual al servicio  
de las aspiraciones del pueblo.*

[www.eltricontinental.org](http://www.eltricontinental.org)

Tricontinental: Institute for Social Research  
*is an international, movement-driven institution  
focused on stimulating intellectual debate that serves  
people's aspirations.*

[www.thetricontinental.org](http://www.thetricontinental.org)